

HABEAS CORPUS Nº 563.221 - SP (2020/0045403-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : AGNALDO EVANGELISTA COUTO
ADVOGADO : AGNALDO EVANGELISTA COUTO - SP361979
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GONÇALO SOUZA SILVA FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fls. 17-18):

Roubos majorados, posse ilegal de arma de fogo de uso restrito e associação criminosa armada Coesão e harmonia do quadro probatório. Materialidade e autoria devidamente comprovadas Vínculo permanente e estável, quanto à associação, evidentes Condenações mantidas.

Emprego de arma na subtração Relatos firmes nesse sentido Prescindibilidade de apreensão e de comprovação da eficácia do artefato Atemorização verificada.

Consumção Inocorrência Crimes cometidos em contextos fáticos distintos.

Corrupção de menores Bem jurídico tutelado por norma penal incriminadora que abrange a integralidade do processo de formação moral da criança e do adolescente, buscando impedir tanto o seu ingresso como a sua permanência na seara infracional Crime formal Condenação que se impõe.

Concurso material Ocorrência Crimes que resultaram de desígnios autônomos.

Penas Critérios dosimétricos extensamente alterados.

Regime prisional inicial fechado Subsistência.Fixação que se coaduna com a espécie.

Detração e progressão de regime Redação do artigo 387, §2º, do CPP Procedimento afeto ao juízo da execução Requisitos de ordem objetiva e subjetiva a serem avaliados pelo juiz competente Artigo 112 da LEP.

Apelos defensivos parcialmente providos, rejeitadas as preliminares.

Consta dos autos que o paciente foi condenado por infração ao art. 288, por duas vezes ao art. 157, § 2º, II, e 2º-A, I, ambos do Código Penal, ao art. 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/03, e ao art. 244-B da Lei nº 8.069/90, todos em concurso material, às penas de 50 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, e 1.900 dias-multa, vedado-lhe o direito de recorrer em liberdade. No julgamento de apelação, sua pena foi reduzida para 48 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, e 113 dias-multa.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de excesso de prazo para o julgamento dos embargos de declaração opostos em face do acórdão da apelação, ou a que lhe sejam aplicadas medidas cautelares

diversas.

Na origem, processo n. 1500426-50.2018.8.26.0472, os aclaratórios pendem de julgamento, conforme informações processuais eletrônicas, consultadas em 19/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, a defesa requer a revogação da prisão preventiva sustentando excesso de prazo para o julgamento dos embargos de declaração.

Consta dos autos que, em 15/3/2019, o paciente foi julgado e condenado por infração ao art. 288, por duas vezes ao art. 157, § 2º, II, e 2º-A, I, ambos do Código Penal, ao art. 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/03, e ao art. 244-B da Lei nº 8.069/90, todos em concurso material, às penas de 50 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, e 1.900 dias-multa, vedado-lhe o direito de recorrer em liberdade. Em 3/4/2019, houve o julgamento dos embargos de declaração interpostos pela defesa do paciente, os quais foram rejeitados. Em seguida foi interposto recurso de apelação, cujo julgamento se deu em 25/10/2019, em que o Tribunal de origem deu parcialmente provimento aos apelos para reduzir as penas do paciente a 48 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, e 113 dias-multa, mantidos, no mais, os termos da sentença recorrida. Por fim, conforme informação de fls. 60, os embargos interpostos tem previsão de julgamento para o dia 19/3/2020.

Desse modo, com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Não evidenciada mora estatal em ação penal em que a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida.

Nesse contexto, verifica-se a marcha regular e necessária para o deslinde dos fatos, não se constatando desídia por parte do Estado.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe

Superior Tribunal de Justiça

11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator